



**ATA N.º 09/XII-1º/2017-18**

**1** - Aos 28 dias do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, pelas 21H15, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, em Cacilhas, realizou-se a segunda Reunião da Sessão Ordinária de fevereiro de 2018 da Assembleia Municipal com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2- Período da Ordem do Dia

(continuação da reunião anterior)

2.3 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal;

2.4 – Proposta da Câmara Municipal relativa à regularização dos trabalhadores precários no município

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão e pelos Secretários Paulo Viegas e Ana Paula Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Elisabete Peres Pereira; Carlos Manuel Coelho Revés; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; António Francisco Salgueiro; Sílvia Maria Mendes de Sousa; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Inês Pezarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; Sandra Branco Duarte de Jesus Moço; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Teresa Paula de Sousa Coelho; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins; Luís Filipe Almeida Palma e Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:



**4.1** - Do Presidente, procedendo ao anúncio da comunicação do Sr. Deputado Municipal José Alberto Azevedo Lourenço e da Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Maria Luís Casanova Albuquerque (PSD) solicitando a substituição por ausência no dia 28 de fevereiro.

**4.2**- Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomou posse Mário José de Sousa Pedroso, que ocupa a vaga ocorrida por ausência do eleito José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), estando impedidos o primeiro, a segunda e o terceiro candidato não eleitos na respetiva lista, José Gabriel Guiomar Joaquim (CDU), Mara Rita Silva Martins (CDU) e Jorge Miguel Oliveira Feliciano (CDU). Tomou posse também Nuno Ricardo Fragoso Dominginhos (PSD) que ocupa a vaga ocorrida por ausência da eleita Maria Luís Casanova Albuquerque (PSD), estando impedida a primeira e o segundo candidato não eleitos na respetiva lista, Sónia Raquel Mota Faria (PSD) e Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD).

**4.3** - O Sr. Presidente da União de Freguesias da Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas comunicou a impossibilidade de estar presente na reunião de 28 de fevereiro, sendo substituído pela eleita Susana Cristina da Fonseca Vinagre Montalvo.

**4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.5** – O Presidente informou o plenário que foi comunicada a ausência da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Amélia Pardal, sendo substituída pelo eleito seguinte na respetiva lista Rui Jorge Martins e a ausência da Sr.<sup>a</sup> Vereadora Joana Mortágua, sendo substituída pelo eleito seguinte na respetiva lista Luís Filipe Pereira.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** – Não se registaram inscrições de Senhores Múncipes.

**6** - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia, em continuação da reunião ocorrida no dia anterior, 27 de fevereiro de 2018.

**6.1** – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal.

**6.1.1** - Para apresentar o documento usaram da palavra a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal e os Senhores Vereadores Miguel Salvado, Nuno Matias, Teodolinda Silveira, Francisca Parreira e João Couvaneiro.

**6.1.1.1** – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu peço desculpa, eu vou ser muito parca nesta minha apresentação, a documentação foi distribuída, vou ser parca até por razões físicas, estou com alguma dificuldade em ter voz.



Dizer muito brevemente que este relatório de atividades diz respeito apenas aos meses de novembro e dezembro, e muitas das atividades, por isso também, não estão aqui incluídas. Vem numa lógica de continuidade daquele que foi o último relatório aqui apresentado, que terminava em outubro.

Optamos por pôr neste relatório, basicamente, aquilo que eram conclusões novas, não tanto os processos que estavam em curso, mas aquilo que se conseguiu fazer, e concretizar, mesmo que tenham sido iniciativas iniciadas anteriores. Fazer, basicamente, como que uma atualização do último relatório.

Muito sucintamente, dentro do que foram estes dois primeiros meses de mandato, deixem-me salientar dois factos muito positivos, que foram a questão da candidatura do Laboratório Vivo, em Cacilhas, e que, felizmente, já tivemos a resposta de que Almada ficou como primeira classificada. E isso foi logo das primeiras questões que surgiram, a que este novo Executivo deu continuidade, e bem, porque nos parece um projeto muito, muito interessante.

É evidente que o mês de novembro fica muito marcado pela questão dos monitores das piscinas, que era um caso, de facto, muito complicado e especial, porque eram noventa e dois trabalhadores, cujo contrato tinha terminado a trinta de outubro, e, portanto, já estavam nessa altura sem qualquer vínculo à Câmara, e foi algo que se conseguiu resolver em três dias, e que incluiu a contratação de noventa e dois trabalhadores para o quadro.

Também de salientar os esforços que foram feitos e redobrados, ao nível da limpeza, como é evidente, e também a seleção que foi feita das candidaturas que foram avançadas, para os percursos pedestres, e de rede clicável para as Escolas.

Sobre a parte financeira, é evidente que nós estamos totalmente disponíveis, para responder a questões. Quero, no entanto, lembrar, que o acerto de contas, o fecho de contas, só se fará oficialmente em março/abril, e, portanto, nessa altura, também poderemos ter um longo debate, ou qualquer dúvida que venha, mas aí, é quando se fará de alguma maneira, a apreciação final”.

**6.1.1.2 – O Senhor Vereador Miguel Salvado:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Também para não ocupar muito tempo, o documento foi distribuído, a atividade refere-se aos meses de novembro e dezembro, espelha a atividade normal e contínua dos SMAS. Naturalmente nós tomamos posse, e assumimos depois funções oficialmente nos SMAS no dia seis de novembro, e este Conselho de Administração começamos desde essa altura a trabalhar. Há aqui vários dados que eu acho que são importantes. Um tem a ver com os trabalhadores, o processo de avaliação do SIADAP dos anos anteriores que estavam por tratar, e que nós tivemos naturalmente que iniciar e tratar.



Há aqui algumas empreitadas que já vinham de trás, outras foram lançadas, no entanto, não me queria alongar muito, até porque o documento foi distribuído, e naturalmente estarei disponível para qualquer esclarecimento.

A nível da Câmara, a nossa maior preocupação no departamento que eu tenho na Câmara tem sido naturalmente a rede viária, o acompanhamento de algumas situações de obras que estão a decorrer, e outras que, necessariamente, terão de iniciar, e também com algum enfoque a nível da frota, não só da sua manutenção, como do lançamento já dos novos concursos, e do próprio plano que vai ser executado durante o ano de 2018 com uma série de aquisições e renovações de frota que são muito importantes para o funcionamento de toda a Câmara Municipal”.

**6.1.1.3 - O Senhor Vereador Nuno Matias:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Também de forma sucinta, o documento foi entregue, mas apenas destacar algumas questões, que porventura até não estão espelhadas de forma concreta no documento, mas que podem ser úteis, até para sistematizar alguma informação aos Senhores Deputados.

Em primeiro lugar, dar nota de que nas áreas que tive ocasião de assumir responsabilidade executiva desencadeamos um conjunto de reuniões com todos os Executivos das Juntas de Freguesia, exatamente porque é fundamental, com todos trabalharmos em conjunto para articular respostas, linhas de comunicação, e em conjunto fazermos um diagnóstico de questões pendentes, ou situações a resolver, consoante também a urgência articulada em comum, e, portanto, agradecer também aos Presidentes aqui presentes pela disponibilidade de desde já começarmos a trabalhar em conjunto.

Dar nota também, que estamos já a trabalhar nalguns projetos, nalguns casos que havia uma ideia ou um anteprojecto, mas que não tinham ainda sido concretizados, e até nalguns casos, como é o caso do projeto do Parque Urbano do Pragal, não tinha ainda sequer algumas das soluções estruturais, e de projeto para que pudesse avançar a empreitada, mas que irá ser uma realidade durante o ano de 2018. Bem como está neste momento a ser desenvolvido o projeto do remate norte, com uma nova entrada do Parque da Paz.

E dar nota também, que é uma área a que o Executivo tem dado muita atenção, que é a condição dos trabalhadores, porque entendemos nós que não é admissível, que num Concelho como Almada que tem, ao longo dos anos, e bem, reivindicado que um conjunto de infraestruturas de responsabilidade governamental sejam objeto de intervenção, seja porque tinham ainda telhados em fibrocimento, e nalguns casos, ainda se mantêm, e depois termos condições similares, no nosso território sobre a responsabilidade direta da Autarquia.



Portanto, dar nota também, que ainda em 2018, vamos desencadear algumas obras de intervenção, a começar no viveiro do Alto do Índio, na área exatamente adstrita aos trabalhadores, para garantir que deixam de ter as condições, no mínimo, inaceitáveis, que fomos encontrar. Bem como, estamos já também a diligenciar junto dos serviços para, tão rápido quanto possível, fazermos o mesmo tipo de solução no viveiro dos Capuchos.

Para terminar, dar nota de que procuramos organizar, como penso que também todos os meus colegas, um estreitar de laços bastante direto com todos os munícipes, e temos procurado assegurar uma resposta rápida, e nem que não seja, com pedagogia, para explicar tudo aquilo que é necessário fazer, aquilo que está ao alcance da Autarquia concretizar, e mesmo, quando for necessário dizer que não, explicar o porquê de não ser, ou competência da Autarquia, ou da nossa direta responsabilidade, mas para o qual temos procurado ajudar, pelo menos, a encaminhar as soluções”.

**6.1.1.4 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O documento foi entregue, mas ressaltar aquilo que me parece que é o mais importante, dos pelouros de que sou responsável.

Começando pelo ambiente, foi um período em que procuramos tomar conhecimento de tudo o que eram as estratégias utilizadas, os equipamentos, a organização de pessoal, e introduzindo algumas alterações, por uma gestão diferente, por um mandar arranjar de equipamentos que estariam parados e que conseguimos pôr a funcionar. Conseguimos, parece-nos, ter uma intervenção mais imediata em tudo aquilo que é acumulação de resíduos na via pública, fizemos uma grande pressão junto da AMARSUL, para que não deixe acumular resíduos junto dos seus contentores, e quando faça a limpeza, faça a limpeza dos seus contentores e daquilo que está à sua volta.

Recuperamos algumas viaturas, que não sendo já viaturas capazes de fazerem a recolha de resíduos, estão já capazes e equipadas para fazer a limpeza de ruas. Criamos uma brigada de intervenção rápida, que depois de contactada a Autarquia, sempre que a Autarquia não pode responder à recolha que está na sua competência, de monos ou de verdes, nós fazemos uma intervenção imediata, ajudando e apoiando as Autarquias nessa matéria, e penso que, em termos de salubridade humana tem sido visível que alguma coisa melhorou.

Ainda na área da salubridade, preparamos candidaturas, juntamente com a AMARSUL, na ótica de um novo sistema de recolha de contentores que beneficia e premeia aqueles que têm atitudes amigas do ambiente, e que está em fase de apreciação. E também em articulação com a AMARSUL, começamos já a



instalar a recolha seletiva em quatro pontos pilotos do Concelho. Penso que assim de um modo geral, é aquilo que poderei circunstanciar relativamente ao Relatório.

Relativamente aos Recursos Humanos, foi um período de muito trabalho, tivemos que terminar o processo de avaliação, fazer as últimas homologações, preparar todo o processo de avaliação, para que em janeiro, os trabalhadores, face ao descongelamento das carreiras, pudessem efetivamente, aqueles que tinham direito a isso, e foram cerca de quinhentos e sessenta ou quinhentos e oitenta que tiveram direito ao descongelamento, e chamo atenção, que foi a única Câmara do Distrito de Setúbal que o fez, vissem paga em janeiro a valorização das carreiras.

Portanto, foi um período muito intenso de trabalho, tendo-se começado já em janeiro a preparar a questão dos precários, para que também tivéssemos todo o processo pronto a tempo e horas. Entretanto, com alguns concursos pelo meio, foi esta a muita atividade do Departamento dos Recursos Humanos.

Relativamente ao Departamento de Intervenção Social e Habitação. Também a atividade se desenvolveu, neste caso, ainda sem muitos resultados, porque o trabalho é hercúleo, e nos últimos três meses, no fundo, aquilo que fizemos foi um pouco desenvolver as ações que já vinham programadas no Plano para 2017, sem grandes alterações. Preparamos, entretanto, as atividades que no Plano e Orçamento já estavam previstas para a integração dos migrantes, está pronto para a reunião de Câmara, temos já a reunião com parceiros feita, e, portanto, já está isso tudo a funcionar. E vínhamos já preparando, e já isto ocorreu, mas o Relatório não espelha, porque é um trabalho muito de sapa, como se costuma dizer, mas estivemos a preparar toda a intervenção no âmbito daquilo que são as novas opções no âmbito da Intervenção Social do Município.

Penso que de um modo geral, dei a ideia daquilo que foi o trabalho durante os últimos três meses”.

#### **6.1.1.5 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

De salientar que está à vossa apreciação o Relatório de Atividades, e de forma sucinta nas áreas da minha intervenção, gostaria de vos dar nota de algumas questões, que considero da maior importância.

Nomeadamente, e no âmbito do Serviço Veterinário Municipal, a atividade foi mantida, e asseguraram-se naturalmente, a regularidade dos serviços, mas estamos neste momento, após contactos e feitas todas reuniões com as Associações de Bem-Estar Animal, a preparar aquilo que está também contemplado no nosso Plano de Ação, e no Plano de Intervenção, através da identificação de todas as colónias existentes de felinos no Concelho, a preparar na área do projeto o canil/gatil que pretendemos construir, e que será um projeto considerado e concluído no ano de 2018.



Relativamente às restantes responsabilidades, e nomeadamente no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, sendo certo que era importante manter estabilidade na execução e na orientação destes serviços, como sabemos, as questões do risco e as questões da segurança são questões transversais e verdadeiramente importantes no nosso Concelho. Era preciso assegurar a estabilidade na condução regular dos serviços, mas também, promovemos uma série de iniciativas que culminarão amanhã, para a qual convido todos, no Fórum Almada, com uma exposição comemorativa do Dia Municipal da Proteção Civil, porque hoje em dia, as questões do risco, e as questões de defesa das pessoas são extremamente importantes.

Também neste âmbito, e veio à Assembleia Municipal, a aprovação do Regulamento dos Voluntários da Proteção Civil do Concelho de Almada. Aliás, é público hoje, e foi devidamente informado, que pretendemos com a constituição do grupo de voluntários de proteção civil, garantir, pelo menos, um grupo de vinte cinco pessoas, que devidamente capacitadas e que tenham capacidade física, intelectual e psíquica idónea devidamente atestada, e que preferencialmente vivam no Concelho de Almada, poder ter um grupo de voluntários, que possam ajudar o Serviço Municipal de Proteção Civil na sua própria missão, missão essa que hoje em dia vai para além da proteção, da defesa da floresta, vai também para a área da prevenção e da formação de todos estes voluntários, para que possam aconselhar e possam também dotar de medidas de autoproteção, todos os cidadãos do Concelho de Almada, todos os municípios, para que estes saibam quais são os comportamentos ajustados, quais são os comportamentos habituais, e os comportamentos que deverão ter em situação de catástrofe, em situação de risco eminente e em situação de incêndio. Aliás, no último ano, aquilo que vivemos no país veio indiciar que a proteção civil somos todos nós, e é de facto importante que o cidadão, também na área da informação, com todos os parceiros da proteção civil, possa saber em situação de risco, em situação de catástrofe, em situação em que estejam em causa a sua pessoa, e os seus próprios bens, quais são efetivamente os comportamentos que devem ter e que são ajustados à situação em concreto.

Portanto, Almada, através do Serviço de Proteção Civil, vai apostar no próximo ciclo autárquico na área da prevenção e na área da sensibilização das populações.

Depois, dar nota, e porque, como devem compreender, a área dos pelouros que está também sob a minha responsabilidade é vastíssima, que no âmbito do atendimento municipal, estamos a preparar um grande projeto de desmaterialização de processos. É importante que o cidadão, hoje em dia, através da própria desmaterialização de processos, possa ter acesso na rede social, através do digital, através dos meios que são colocados à disposição pelo Município, possa ter acesso a toda a informação que precisa, desde o pedido de licenciamento, até ao alvará, a todas as outras questões que, ao nível do urbanismo, são extremamente importantes, também para que se possa ter, não só pela via presencial, dotando também



os serviços de menor pressão, porque nem sempre o acesso à informação, tem que ser feito pela via presencial, possa ter acesso a essa mesma informação. E essa desmaterialização, e essa capacitação dos serviços, no âmbito da Modernização Administrativa e do Simplex Autárquico, está a ser também preparado. Dizer-lhes que é desígnio deste Município ter um posto de atendimento de proximidade em todas as Freguesias, posto este que, naturalmente, será da responsabilidade municipal, onde o cidadão de freguesia, ou freguês, pode ter um sítio de referência, para ter acesso a uma série de informações que são imprescindíveis para a rotina e para o dia a dia do cidadão.

Dizer-lhes também que, na área do urbanismo, concluímos com sucesso uma AUGI. Estamos neste momento a fazer o levantamento completo das AUGI,s no sentido de poder verificar, em 2018, quais são aquelas que têm viabilidade de resolução. Sendo certo que aquilo que mudou neste ciclo foi a filosofia de integração destas questões territoriais, e é também, naturalmente, a filosofia de resolução das mesmas. O Município tem que ser, naturalmente, mais pró-ativo, tem que contar também com a presença e a pró atividade dos proprietários, mas tem que ele próprio, ao nível das infraestruturas e ao nível das medidas que tem que implementar, ajudar os proprietários a resolver a questão das Áreas Urbanas de Génese Ilegal.

Mais teria para partilhar convosco, mas creio que estas são realmente as questões que quero realçar, no âmbito do Relatório da Atividade que está agora à vossa consideração”.

**6.1.1.6 - O Senhor Vereador João Couvaneiro:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Telegraficamente, passo a apresentar algumas das coisas que estão feitas, e que alimentaram alguns projetos subsequentes.

Desde logo, concluída a segunda fase do inventário dos sítios arqueológicos. E este projeto aquilo que nos permite é lançar um conjunto de percursos com interesse turístico e percursos de valorização do nosso património. Permitam-me só ser razoavelmente telegráfico, e dar nota também, que está em curso a obra do Chalé Ribeiro Teles no seu percurso normal, dando sentido, neste momento, à reflexão sobre o projeto para a sua ocupação.

Gostaria de referir também, e transitando rapidamente para as questões da mobilidade, aquele que foi o primeiro despacho, depois se corporizou a rampa da rua da Maçaroca, que foi um projeto que permite reforçar a acessibilidade a cidadãos portadores de deficiência, que não tinham acesso ao Espaço Jovem no Monte de Caparica.

Gostaria também de referir telegraficamente, no âmbito das questões da educação, as visitas aos refeitórios escolares, o acompanhamento muito presente nestes contextos, e dar nota de algumas



atividades relevantes também, no âmbito do desporto, sobretudo aquela que cruzam o desporto “tout court”, com o desporto escolar. Aí naturalmente falar do Corta Mato Escolar, que foi uma enorme iniciativa, com um enorme sucesso”.

**6.1.2** – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), José Rocha (BE), Sandra Branco Duarte (PAN), Carlos Guedes (BE), Vítor Castanheira (PS), Manuel Braga (BE) e a Senhor<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

**6.1.2.1** – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Passados os três meses, que findou o processo eleitoral, como é evidente, não poderíamos, e penso que dentro daquilo que é a lucidez e responsabilidade de todos, afirmar que o que não foi feito em quarenta anos, seria feito agora em três meses. Temos um orçamento que foi aprovado há cerca de duas semanas, e, portanto, juntando aquilo que foi feito durante quarenta anos, haverá com certeza melhorias para desenvolver este Concelho, e projetar efetivamente, o Concelho de Almada para um Concelho de futuro.

As questões que eu trago aqui, Senhora Presidente, foram porventura tocadas de uma forma lato, digamos assim, não especificamente, mas gostaria de começar por relembrar uma questão relativamente a uma instituição em Almada. O CDS-PP, tem conhecimento que já é do interesse por parte da Câmara Municipal de Almada, nomeadamente também por parte do Senhor Vereador da área da educação, e tem a ver com a Instituição Zazzo na Caparica.

Como todos sabem, é uma Instituição que tem um trabalho bastante meritório, um trabalho que é feito para a ajuda, para a educação, de crianças e jovens e mais velhos portadores de deficiência, e que esta escola vive com bastantes carências, e consegue sobreviver com o apoio, com a dedicação, todos os dias, quer dos profissionais de educação, quer dos pais e também de algum mecenato, que vai ajudando esta brilhante escola do nosso Concelho, que é uma escola única, e que merece por parte de todos, da Assembleia Municipal, de todos os responsáveis, de todos os Partidos e de toda a sociedade, em Almada, merece a mais sincera ajuda. Tem bastantes carências relativamente às questões das próprias infraestruturas, dos próprios acessos, e penso, Senhora Presidente, que numa primeira abordagem, a questão dos acessos à própria escola, penso que seria aquela mais fácil de resolver. Os acessos são um pouco complicados, as instalações necessitam de respostas, e, portanto, as questões que aqui deixaria, Senhora Presidente, que planos tem a Câmara Municipal de Almada, para esta instituição, e que apoios, e que tipo de apoios, estarão pensados para ajudar a mesma?

Acrescentar também relativamente àquilo que foi dito pela Senhora Vereadora Teodolinda. Nota-se uma melhoria efetiva nas questões da higiene e salubridade no Concelho. Tem-se notado, e todos nós sabemos



que tem sido um dos problemas que têm vindo à Assembleia Municipal. O anterior Executivo, efetivamente, reconheceu que haveria alguns problemas, e, portanto, aquilo que nós podemos entender neste momento, com certeza que há ainda muito por fazer, mas que já se notam algumas melhorias, e, portanto, é um passo positivo que o CDS-PP identifica, nestes poucos meses, que a Câmara Municipal tem de funções.

A questão que tem a ver com segurança, embora não tenha diretamente, como é óbvio, a ver com responsabilidade por parte da Autarquia, tem a ver com o já conhecido problema nas viaturas da PSP de Almada. Aquilo que nós solicitamos à Câmara Municipal, e a todos aqueles que nos ouvem e que tenham responsabilidades nesta matéria, é que possam intentar junto do Governo, para que, efetivamente, Almada possa ter, a mais breve trecho, as viaturas da PSP de Almada, que comprometem não só o trabalho dos profissionais da segurança, mas também, fica comprometido efetivamente, a segurança de todos nós, e como se sabe, quem não tem segurança, quem se sente inseguro, a liberdade fica também neste caso posta em causa.

Portanto, Senhora Presidente, aquilo que nós solicitamos é que possa intentar junto do Governo, junto das instâncias que têm respostas para este mesmo problema, que o mesmo fique resolvido o mais breve possível, porque é uma reivindicação dos próprios agentes, e é, com certeza, uma reivindicação por parte das populações.

Ainda na questão da requalificação do espaço público. Falou-se aqui ontem, e hoje também, nas questões quer da mobilidade quer da própria requalificação do espaço público. Aquilo que nós também apelamos aqui, neste momento, é que possa ser feito um estudo relativamente às questões de segurança rodoviária, no centro de Almada. Nesta altura, aliás, basta ir lá acima com chuva, e vê-se os autocarros da TST, a derraparem naquele piso. Ou seja, questões bastante melindrosas, que põem em causa a segurança, na zona do Central e na zona da Praça São João Batista, e aquilo a que apelamos, é que possa haver uma requalificação, nomeadamente, aos acessos, às vias, à sinalização, às passadeiras, à semaforização, para que possamos todos circular naquela mesma via, peões e automobilistas, possamos todos circular em segurança, e possamos trazer aqui um Concelho muito mais seguro.

Mais uma vez, deixo aqui a nota, Senhora Presidente, são três meses de trabalho, são três meses que, porventura, não se pode ainda ver muito, mas acreditamos, Senhora Presidente, que, com todos, com a oposição, com os Vereadores da oposição, os almadenses, se possa, efetivamente, colocar este Concelho no lugar que merece, que é o Concelho ao lado dos grandes Concelhos, não só do país, mas da Europa”.

**6.1.2.2 - O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



Como vem sendo habito, o Bloco de Esquerda aproveita este espaço, e algum do seu tempo, para denunciar algumas situações que, quanto nós, não têm merecido a devida atenção da Autarquia.

No dia vinte e um de dezembro foi votado favoravelmente, em Assembleia, uma recomendação apresentada pelo Bloco de Esquerda que visava a necessidade de intervenção em dois painéis de arte pública, que repito aqui a identificação de forma resumida: Evocação de Fernão Mendes Pinto, no Pragal, da autoria de Francisco Bronze e Jorge Curto, e o painel da Cova da Piedade, de autoria de Carlos Canhão e José António Silva. Passados mais de dois meses, impõem-se uma pergunta, e uma questão que temos que deixar aqui, que medidas já foram tomadas, de forma a dar início, à recuperação e restauração destes murais aqui identificados? E se já tiveram iniciativa de contactar, de encetar contactos com os autores, como foi sugerido na nossa recomendação, a poderem acompanhar a recuperação desses painéis? Deixamos aqui este alerta, e pedimos encarecidamente que acompanhem a nossa preocupação, de forma a devolver a dignidade a estes dois exemplos de arte pública.

Quero deixar aqui também uma outra situação. Passamos pela Costa da Caparica, e deparamo-nos com uma situação que nos suscita algumas preocupações, e algumas dúvidas, pelas razões que passo a enumerar. Está em curso uma construção de um imóvel, na rua Manuel Agro Ferreira na Costa da Caparica, sem qualquer alvará visível, sem qualquer licenciamento, sem responsável de obra que nós possamos identificar, e pelo que nos é dado a perceber, a volumetria da nova construção, é claramente superior à anteriormente existente e que foi demolida, que seria, penso eu, um anexo, uma garagem, algo desse género. Queremos saber se a Câmara tem conhecimento desta situação, se não carece no mínimo, quanto nós, de uma investigação.

Uma última questão que eu vou aqui deixar, que quanto a nós, merece de facto a preocupação de todos, é a seguinte: entre a avenida da Fundação e a rua Pedro Matos Filipe, há já alguns anos, foi demolido um imóvel que apresentava riscos de derrocada e também estava num estado de tal forma deplorável que havia perigo para a saúde pública, pela espécie de bicharada, ratos, que já ali existia. Em boa hora foi demolido, pôs-se ali uma vedação, mas o que é que acontece? A vegetação foi crescendo, e deu origem a um matagal já de proporções consideráveis. Aquele terreno tem uma dimensão bastante razoável, neste momento o que existe ali é um matagal. Um matagal que em qualquer momento pode despoletar um incêndio, e no meio em que se situa, pode atingir proporções de grande gravidade. É importante nós precavermo-nos desta situação. Aquilo facilmente seria evitável, desde que a Autarquia tivesse a preocupação de promover ali alguma limpeza. Deixamos aqui este apelo, com carácter de urgência, até porque infelizmente não é caso único. Algumas habitações que foram demolidas, por estrita necessidade, depois ficaram votadas ao abandono, não houve a preocupação de limpar os terrenos à posteriori, de manter alguma manutenção nesses ditos terrenos. Gostaríamos de obter respostas para estas situações”.



**6.1.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Sandra Branco Duarte (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Em primeiro lugar, eu gostava de referir a nossa satisfação, ao constatar que existiu neste relatório, nesta informação, um esforço de concretização das ações que foram desenvolvidas. Temos que dizer isto, e penso que é o melhor.

Depois, tinha aqui algumas questões, algumas observações.

Na linha 2.4, que tem a ver com o Plano da Ação Local para a Biodiversidade, e, nomeadamente, com as passagens de fauna. Eu conheço este projeto da avenida do Mar, eu tive oportunidade de estar presente, quando foi a apresentação na Junta de Freguesia pela Senhora Diretora do Departamento. A minha questão é a seguinte: se estão previstas mais passagens de fauna para outros locais do Concelho de Almada?

Relativamente à atividade ao nível do Bem-Estar Animal. Gostava de congratular também aqui a disponibilização desta informação. De qualquer forma é um caminho, talvez fosse de ainda referir, com o passar do tempo, mais informação, como por exemplo, acontece em Lisboa, disponibiliza nas informações do Senhor Presidente quantos animais é que dão entrada, quantos é que são adotados, até porque facilita o trabalho de todos, escusamos de estar a fazer requerimentos à Câmara.

Tenho aqui uma questão em relação aos pombos. Diz-se que existe o fornecimento de anticoncepcional, eu gostava de saber se existe captura de pombos no Concelho de Almada.

Na linha 3.6, que tem a ver com a fruição segura do espaço público, e nomeadamente, com os espaços de maior sinistralidade, o que eu gostava de referir aqui, é que, deve ser do conhecimento do Executivo, mas a ANSR, Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, tem a possibilidade de disponibilizar aos Municípios informação detalhada, nomeadamente, sobre os atropelamentos dos peões. Esta informação, uma vez georreferenciada, e é possível fazer isso com os dados que são fornecidos, dão-nos um retrato muito fiel, da distribuição espacial, dessa sinistralidade. O que nos ajuda depois, na identificação de pontos negros, e eventual correção através de acalmia de tráfego, alteração do traçado, seja o que for.

**6.1.2.4 - O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Como costume, o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda aproveita este momento de discussão da atividade municipal, para lançar também algumas questões sobre assuntos que estejam na ordem do dia no nosso Município, e nós desta vez não podemos deixar de dar aqui uma nota.



Tomamos conhecimento, fomos confrontados com o nascimento de mais um Hostel na rua Cândido dos Reis, em Cacilhas. Ao que parece será um edifício inteiro, mais um, transformado em habitação para turistas. Aquela rua pode ser considerada no caso, de relativo sucesso. Eu uso aqui o relativo por isto, porque nós reaceamos, que de hoje para amanhã, aquela rua deixe de ter habitantes, e passe a ser uma rua meramente turística, e nós sabemos o que é que acontece a essas ruas ao fim de algum tempo. É olhar para o que aconteceu em Lisboa, nalguns pontos da sua baixa, que a partir de certa hora está completamente deserta, e isso já acontece um pouco no nosso Município.

Por outro lado, nós estamos a assistir a uma autentica invasão das grandes redes de supermercados na zona urbana do nosso Município. Foi uma loja nova do Pingo Doce na Cova da Piedade, está a ser uma loja nova do Continente também na Cova da Piedade, está a ser ou foi inaugurada hoje, uma nova loja do Continente no Monte de Caparica, e será brevemente também, ao que sabemos, inaugurada uma nova loja *MyAuchan* em Cacilhas, na Praça Gil Vicente. Nós andamos há muitos anos a discutir a situação do comércio local em Almada, e sabemos bem os impactos que teve, ou que tiveram, o aparecimento do Almada Fórum, em certas zonas, o aparecimento do metro de superfície, e não sei até que ponto, o que resta do comércio local em Almada, está, ou estará preparado para esta autêntica invasão das grandes cadeias de supermercados, ao centro da zona urbana do nosso Município. Também temos uma nova loja do Continente na Charneca de Caparica, etc.

O que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostava de saber se há condições para controlar esta situação, há vontade deste Executivo de não permitir que este descontrolo. Isto é descontrolo. Nós não sabemos ainda o que irá acontecer aos mercados municipais que estão, de alguma forma, desprovidos de comerciantes, e sabemos o que tem acontecido ao nosso tecido de comerciantes, às nossas lojas tradicionais, em zonas como a Cova da Piedade, onde o Metro Sul do Tejo não passa. E, portanto, gostaríamos de uma resposta muito concreta em relação a esta nossa questão”.

**6.1.2.5 - O Senhor Deputado Municipal Vítor Castanheira (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Permitam-me que comece por cumprimentar a Câmara pelo documento que apresenta, nestes três meses, acho que finalmente passamos a fase do *copy-paste*, e começamos a ter novidades, não só pelo formato, mas também pelo conteúdo.

Eu vou essencialmente, apontar três ou quatro situações que me parecem pertinentes, é evidente que nós estamos aqui a falar sobre um período de gestão ainda curto, mas que são indicadores muito interessantes sobre aquilo que é a nova Câmara e aquilo que é a sua dinâmica. Essencialmente, gostaria



de realçar aqui dois ou três pontos, que se prendem com a modernização e a valorização dos serviços públicos e a gestão de recursos humanos.

O primeiro ponto tem a ver com uma opção estratégica que me parece muito pertinente e adequada, que tem a ver com a transparência e interação com os munícipes. De facto, penso que é notório, e penso que há estudos que dizem isso, a Câmara Municipal de Almada, não é propriamente um exemplo nacional naquilo que se trata da sua interação com os munícipes. Há um caminho a percorrer e há um caminho a fazer, e penso que este documento tem fortes indicadores de que vai haver uma forte aposta nesse sentido.

O segundo ponto tem a ver com a rapidez com que a Câmara conseguiu resolver uma situação que se deparou, e que garantiu que não houvesse nenhuma interrupção no funcionamento dos equipamentos municipais, face a um contexto contratual bastante complicado, e que, com a agilidade, rapidez e eficácia, conseguiu garantir, que esses equipamentos municipais continuassem a ter a sua atividade garantida, sem prejuízo para os munícipes. Quase se pode dizer, apesar da problemática da situação, que ela foi resolvida com grande agilidade.

Também quanto aos Recursos Humanos da Câmara, aquilo que é o investimento na formação dos seus trabalhadores, que é uma parte também que, de algum modo, tinha vindo a ser descurada, e que é uma parte que, de algum modo, carecia de um incremento e de um incentivo, penso que também é notório que há aqui uma inversão, e uma nova dinâmica estratégica, no sentido de permitir que os funcionários da Câmara, tenham também aquilo que todos os trabalhadores devem ter, que é, uma adequação à sua realidade e às suas funções.

Por último, não posso deixar de dar aqui uma nota relativamente à situação, ou à resolução da situação dos precários. Eu não me vou alongar, o único comentário que faço é que para além de estar nas atividades, nós podemos dizer neste momento que já está resolvido. Portanto, eu concluiria a dizer: “notável”.

**6.1.2.6 - O Senhor Deputado Municipal Manuel Braga (BE):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

O Relatório de Atividades, foi analisado pelo Bloco de Esquerda, e suscita-nos, nalgumas das suas páginas, algumas reservas. Suscitou-nos alguma surpresa também dado o adiantado da hora a que foi enviado, estávamos de facto à espera de uma alteração de forma e de conteúdo, que não ocorreu ainda. Nota-se de facto algumas alterações, mas o Bloco de Esquerda, de facto, aguardava um pouco mais, e eu irei identificar por linhas, as dúvidas que temos, para ser mais fácil a sua identificação.



Na linha 1.2, alude-se a uma proposta de alteração do sistema de gestão territorial para a área do Chegadoinho, sobre o qual se abdica da continuação da elaboração do plano de pormenor. Para o Bloco de Esquerda, não fica claro de que forma a regeneração urbanística e ambiental daquele espaço serão asseguradas, não fica explícito qual é a entidade que será responsável por este processo, e consequentemente, fica por esclarecer de que forma esta decisão impactará naqueles municípios.

Na linha 2.1, no âmbito da visita realizada pela APA a projetos de adaptação em Almada, importa esclarecer qual o ponto da situação do projeto ReDuna, quais as principais conclusões desta ação conjunta sobre este projeto, e quais os próximos passos que se esperam adotar em 2018, se um alargamento e em que moldes, e com que objetivos?

Na linha 2.12, saúda-se naturalmente a colocação dos sessenta oleões, mas no âmbito do Relatório da Atividade Municipal, seria importante perceber, quantos litros de material já foram recolhidos, quais as expectativas do Executivo, e que medidas estão pensadas para promover a sua utilização, bem como com base nestes mesmos dados, eventuais medidas de suspensão?

Ao nível desta linha 2.12, também não se faz qualquer alusão à recolha de resíduos porta a porta, que constava no anterior Relatório de Atividades. Os resultados ficavam muito abaixo das expectativas mais modestas, mas, mesmo assim, era uma iniciativa com potencial. O programa foi interrompido? Não existem dados e caso não existam, porque motivo? A manter-se o programa, quais os objetivos que se visam alcançar? A manter-se o programa, que estratégias de comunicação se equacionam para assegurar o alargamento do número de entidades envolvidas, que como a Senhora Presidente sabe, são de facto, bastante diminutas.

Na linha 2.20, como se explica que a exposição Almada Atlântica, nº1 no Oceano, tenha contado com apenas quatrocentos e setenta e dois participantes. E que o Aquário Virtual tenha contado apenas com trezentos e oitenta participantes. O que falhou? Aqui não procuramos assacar responsabilidades, pretendemos sobretudo perceber o que falhou, e o que é que se aprendeu com esta iniciativa, que a título pessoal visitei com as minhas filhas, e que posso dar os parabéns, porque estava muitíssimo bem organizada.

Na linha 5.6, afirma-se que foram desenvolvidos trabalhos necessários à realização da 5ª edição do Sol da Caparica, e a 4ª edição da Caparica Primavera Surf Fest. Todavia, tal não pode corresponder totalmente à realidade, uma vez que, de acordo com a informação disponibilizada no site *base.gov.pt*, a Câmara Municipal de Almada, adjudicou a uma entidade a bilhética destes três festivais, os próximos três anos de gestão.



E, portanto, neste sentido, importa esclarecer o motivo pelo qual se avançou com uma adjudicação a três anos, gostaríamos de saber que outras entidades, para além da adjudicatária, foram auscultadas, quais as implicações deste contrato plurianual para a Autarquia?

Por fim, ainda ao nível deste ponto, e por não ter tido ainda a oportunidade de responder às questões colocadas pelo Bloco de Esquerda a propósito destes festivais, gostaríamos de saber se se vai adotar, ou não, trabalho voluntário, e em que moldes.

Relativamente, à linha 5.15, que medidas foram definidas, no seguimento das cento e sessenta e nove visitas realizadas a estes agregados familiares frágeis, que soluções foram ou estão a ser implementadas, para os dez agregados familiares, que foram identificados como estando em situação precária e não enquadrados pelo IHRU?

Na linha 5.21, para quando o primeiro draft, já foi aqui aludido o Plano Municipal de Integração de Migrantes em Almada, para quando o primeiro draft a ser distribuído, que entidades foram auscultadas, qual o valor médio da sua discussão pública, e da sua eventual implementação?

Por fim, linha 7.3, mais importante do que dizer que a resposta aos munícipes é assegurada em menos de trinta dias, para nós o importante é perceber a evolução da satisfação dos munícipes. Portanto, seria interessante uma abordagem provavelmente menos quantitativa e mais qualitativa, eventualmente com inquéritos de satisfação aos utilizadores, porque tentar qualificar, e tentar assegurar, que a eficiência dos serviços é feita apenas com um número dias de resposta, parece-nos pouco”.

**6.1.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Relativamente às questões colocadas, pelo Senhor Deputado Manuel Braga, do Bloco de Esquerda, eu penso que muitas das suas questões terão que ser debatidas do próximo relatório, porque muitas destas iniciativas, foram lançadas nestes dois meses, e a sua apreciação e avaliação final, será feita daqui a um mês, em que estaremos a debater o relatório de atividades destes três primeiros meses. No caso dos oleões, por exemplo, os oleões foram lançados neste mês, daqui a um mês teremos o levantamento, saber quantos, como, como é que está a correr, e, portanto, brevemente iremos poder falar nisso.

Relativamente ao Caparica Surf Fest e Sol da Caparica. Havia um contrato feito com a AMG, justamente para três anos, e que termina este ano. O que se está já a fazer, é pensar naquilo que poderá ser o futuro, e deverá ser certamente por convite, ou consulta a outras entidades, em plena transparência para o futuro destes festivais. Sendo que, os dois festivais estavam incluídos no plano de promoção da Costa da Caparica, nós estamos a reformular, estamos a refazer um projeto que é diferente, que é: “A Costa Todo o Ano”, onde obviamente as atividades culturais também entram, não exclusivamente, mas também com



um grande impacto no turismo. Portanto tudo isto está a ser pensado e avaliado para ser lançado brevemente. Mas, rapidamente, é o que lhe posso responder sobre os três anos.

Quero responder ao Senhor deputado José Rocha, dizer-lhe que não, que na rua Manuel Agro Ferreira, a obra está licenciada, de facto, não tinham nenhum aviso, já foi lá alguém da Câmara avisar, e em princípio já terão o aviso, e está licenciada e o alvará é válido até dezoito de janeiro. Portanto, já tinha sido licenciada, não há qualquer infração.

Eu gostava de guardar algum tempo. Vou ficar por aqui para ter tempo para mais algumas respostas, que poderão ser colocadas.

A informação sobre atropelamento de peões. Neste momento não lhe sei dar esse dado, posso pedir esse dado caso o deseje.

Fica também, no caso do Senhor Deputado Municipal José Rocha, fica também salientada esta questão deste imóvel, onde há um matagal, infelizmente Senhor Deputado, há muitos. Há muitos que estão em ruína, há muitos que ruíram, há muitos onde há entulho, e ninguém foi lá buscar, estamos a tentar fazer o máximo, de ir buscar de imediato os entulhos. Há muitos e muitos sítios, e sítios também com ainda mais perigosidade. Quero lembrar aqui quando foi o incêndio do 2º Torrão, que destruiu três, quatro casas, ainda não conseguimos tirar todo o entulho, porque não há sequer o espaço para a viatura ir buscar. Mas de facto, fica aqui o alerta, e é evidente, que hoje em dia, tanto falamos da limpeza das matas, não é só a limpeza das matas, há muitas limpezas, e os incêndios são um perigo.

Quero também agradecer as palavras do Senhor Deputado do CDS-PP, António Maco, e estou certa que de facto, a intenção é trabalhar com o mesmo afinco, e com a mesma energia. Fica anotado aquilo que são os pedidos para as viaturas da PSP, acho que o Município, mais que ninguém, tem interesse em que haja boas instalações, e que as nossas forças de segurança estejam bem equipadas no nosso território.

Quero dizer-lhe que sim, o Senhor Vereador tem estado em contacto para resolver ou tentar resolver a questão da instituição Zazzo, aliás, até vem referida no Relatório de Atividades.

À Senhora Deputada Municipal Sandra Duarte também quero agradecer as suas palavras, e ainda bem que notou a nossa vontade de sermos mais concisos e mais concretos.

Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, de facto, tem havido muitas novas superfícies. Felizmente eu acho que o conceito do híper-hipermercado desapareceu um bocado, e, portanto, estamos a voltar a supermercados de dimensões mais locais. Se fosse tão linear que uma grande superfície deste género é quem causa os problemas do comércio local, eu acho que todos nós estaríamos muito mais felizes. Infelizmente, nós sabemos que não é o caso. Infelizmente sabemos que os nossos mercados têm tido cada



vez menos a afluência de público, precisam de ser reabilitados, é preciso criar novos mercados, temos a consciência que o comércio local vive muito da dinâmica que os espaços têm.

Quero acrescentar, que segundo o que acabaram de me informar, o prédio onde está a ser o Hostel já não tinha habitantes, e, portanto, esta iniciativa até vai permitir levar mais gente, e que tenha mais gente.

O exemplo da reabilitação do Mercado do Feijó com o supermercado ao lado, até é positivo para o lado do mercado, e não o contrário. Portanto, não é tão linear como se pode pensar, que estes supermercados, sejam eles os causadores do desaparecimento, ou das dificuldades do comércio local. O comércio local é, obviamente, essencial, felizmente tem havido um movimento, justamente, dos consumidores, das pessoas que estão mais cansadas das muito grandes superfícies, dos hipermercados, talvez por isso os supermercados, agora, queiram voltar aos centros da cidade, e é verdade que muitas vezes eles próprios podem trazer uma maior dinâmica. Há que estar vigilante, são equilíbrios frágeis, sabemos, o Município não pode nem deve controlar tudo, e planificar tudo a esse nível, mas deve estar atento para perceber as novas tendências.

Senhor Presidente, depois vou ter que pedir um bocadinho mais de tempo para poder responder às outras questões colocadas”.

**6.1.2.8** - O Senhor Deputado Municipal Manuel Braga (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

São apenas duas notas muito rápidas, relativamente ao Sol da Caparica. De acordo com a informação contante no site da base, o contrato é de trinta e um de janeiro deste ano, e compromete o Município até 2020 com a bilhética. É essa a minha questão. Confesso que não percebi muito bem a sua resposta, provavelmente devido à acústica da sala.

No que concerne à questão da consequência e dos atos só poderem ser discutidos posteriormente. Custa-nos que, entretanto, quando se diz que a gestão territorial de um determinado espaço passa a ser alterada, não se consiga responder, qual a alternativa que, entretanto, vai ser adotada em relação por exemplo ao Chegadinho.

Custa-nos que, quando se fala na questão dos oleões, estejamos em fevereiro, quase março, e ainda não tenhamos números para apontar, e para ter uma ideia de como é que as coisas se vão desenvolver.

Uma última pergunta. Apesar de não ter sido colocado um ponto da situação rápido sobre o processo de realojamento das Terras da Costa”.

**6.2** - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda – Proposta da Câmara Municipal relativa à regularização dos trabalhadores precários no município.



**6.2.1** – Foi feita a apresentação da proposta pela Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.

**6.2.1.1** – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu vou ser sintética, porque já fiz a apresentação na altura em que foi aprovado o Mapa de Pessoal, mas de qualquer modo, dizer que, quando sai a Lei 112/2017, de 29 de dezembro, aceleramos, porque já tínhamos dado início à abordagem desta matéria, porque imaginávamos que ela, na sequência do pedido da lista que já tinha sido feito, haveria de aparecer. Mas, na sequência da saída da Lei, fizemos uma auscultação a todos os serviços da Câmara Municipal, pedindo que confirmassem situações de trabalhadores que desempenhassem funções permanentes e que se encontrassem com vínculo desajustado. Isto é, auscultando situações de vínculo desajustado. Recolhemos toda essa informação, e verificamos que relativamente à lista que anteriormente tinha sido enviada para a DGAL a trinta e um de outubro, o que se passava era que havia apenas uma situação, que teria sido identificada como vínculo desajustado, e que neste levantamento que foi feito, foi indicada como vínculo ajustado. Porquê? Tendo em conta o objeto, a natureza da prestação que estava em presença, e que, portanto, que se considerou que estava com vínculo ajustado. Recordo que ficaram cinquenta trabalhadores que foram os propostos, e que apenas esta situação foi considerada de vínculo desajustado.

Aconteceu também, que relativamente à lista que tinha sido enviada em trinta e um de outubro, acrescentamos mais cinco trabalhadores que não tinham sido, por razões que desconhecemos, incluídos na lista anterior. Eram, de facto, cinco situações que configuravam claramente um vínculo desajustado face às funções que desempenhavam, necessidades absolutamente permanentes, alguns deles se saíssem de onde estavam, o sítio fechava, e, portanto, incluímo-los. Tendo resultado aquela proposta que vos apareceu, de dez técnicos superiores, catorze assistentes técnicos, e vinte seis assistentes operacionais. Todos eles foram propostos para regularização, e foram acrescentados ao Mapa de Pessoal, nas vagas que ele não continha, para cobrir todas estas necessidades.

Relativamente aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. A proposta de não existência de vínculo precário, teve tão simplesmente como base, a informação de quinze de outubro dos SMAS, de que não existiam vínculos precários nesses serviços. Portanto, se não existiam vínculos precários, os vínculos que existiam eram ajustados, e, portanto, não tinham de ser enviados para regularização”.

**6.2.2** – Usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais Carlos Guedes (BE), João Galdes (CDU), Ivan Gonçalves (PS), a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e a Senhor<sup>a</sup> Presidente da Câmara.

**6.2.2.1** - O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;



O Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, quer apenas saudar esta iniciativa. Saudar o empenho quer do anterior Executivo, quer do atual Executivo, no desenrolar rápido de toda esta situação”.

**6.2.2.2 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

A CDU irá votar favoravelmente a proposta que a Câmara Municipal de Almada nos apresenta relativa à regularização dos vínculos inadequados, existentes no Município de Almada. Consideramos, como sempre consideramos, que os trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes, da Autarquia, devem ser providos no respetivo Mapa de Pessoal, através do vínculo mais forte existente na Administração Pública, o contrato de trabalho a termo indeterminado.

Reafirmamos que a existência de trabalhadores com vínculos desadequados no Município de Almada se ficou a dever, no essencial, às políticas fortemente restritivas em matéria de contratação de trabalhadores impostas aos Municípios, por sucessivos governos centrais, em particular pelo Governo PSD/CDS-PP, que chegaram a impedir novas contratações e impor reduções de 2% ao ano nos respetivos Mapas de Pessoal.

Sublinhamos que desde sempre a CDU, e as forças políticas que a compõem, defendem que a um posto de trabalho permanente tem que corresponder sempre um vínculo efetivo. Exigência aplicável a qualquer relação jurídica de emprego, seja público, seja privado.

Não obstante o voto favorável, a CDU entende colocar uma questão muito concreta neste quadro de regularização dos vínculos precários do Município de Almada, que se prende com o facto de um levantamento inicial, e já aqui referido hoje, realizado e remetido à Direção Geral das Autarquias Locais durante o anterior mandato, e por isso antes da entrada em vigor da Lei nº 112/2017, terem sido identificadas noventa e seis situações, passíveis de corresponder a vínculos inadequados na Câmara Municipal de Almada, e nos Serviços Municipalizados, e a proposta que nos está hoje presente pela Câmara Municipal, incluir apenas cinquenta situações a regularizar.

Sobre esta matéria, fomos ontem informados pelos Senhores Vereadores eleitos pela CDU, sobre o conteúdo de um email assinado pela Senhora Chefe de Gabinete da Presidência da Câmara Municipal, que relativamente ao levantamento inicialmente remetido à DGAL, e após consulta realizada aos serviços sobre esta matéria, das noventa e seis situações então identificadas, apenas uma delas com vínculo adequado, acresceram na referida consulta aos serviços, cinco outras situações, identificadas já pelo atual Executivo Municipal. Neste quadro, o diferencial de que falamos, passa a ser de cinquenta situações. Face a esta informação, a CDU reitera a necessidade de esclarecimento por parte do Executivo Municipal relativamente a este diferencial, e as razões que justificam o facto de a proposta que iremos aprovar incluir apenas cinquenta situações das cem identificadas ao longo do processo de avaliação. E também



face a esta realidade, talvez seja agora possível ao Senhor Deputado Ivan Gonçalves, compreender a razão pela qual ontem, no quadro da discussão da moção apresentada pelo Partido Socialista sobre esta matéria, apresentamos as duas propostas de alteração construtivas, de rigor e de justiça ao texto inicial. Infelizmente rejeitadas pelos proponentes”.

**6.2.2.3 - O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Dizer que esta é uma proposta que merecerá necessariamente o acolhimento do Partido Socialista, até porque, ainda na reunião de ontem desta Assembleia Municipal, tivemos a oportunidade de votar precisamente uma moção que saudava a ação que foi feita, a ação célere, e eficaz, no sentido de regularizar estas situações. Estamos plenamente satisfeitos porque há um consenso, ou pelo menos, quase um consenso, diria que é praticamente um consenso, de um conceito que para nós é importante, e que foi já aqui referido pelo Senhor Deputado Municipal da CDU, e que se refere a que, em todos os casos em que exista uma situação de trabalho permanente, deve merecer um vínculo de trabalho permanente. Estamos também sensíveis àqueles que foram os constrangimentos que a administração pública e as administrações locais sofreram ao longo dos últimos anos. E, portanto, é agora tempo de regularizar estas situações. O atual Governo deu um passo importante no sentido de regularizar estas mesmas situações em toda a administração pública, com o apoio dos partidos que suportam o atual Governo também, e, portanto, congratulamo-nos, e saudamos a atuação do atual Executivo Municipal.

Quantos às duas alterações que foram propostas pela bancada da CDU.

Em primeiro lugar, a rejeição dessas alterações à proposta da CDU, não foram determinadas pelo Deputado Ivan Gonçalves, foram determinadas pela bancada da CDU, e na mesma medida em que os Deputados individuais da CDU, exigem aquele que é o respeito para com as decisões que são dos Grupos Parlamentares, acho que também não será bonito individualizar aquelas que são as decisões que são tomadas pelo Grupo do Partido Socialista. Mas, de alguma forma, e voltando também já que, pelos vistos, não foi perceptível ontem o porquê dessa rejeição, a nossa moção de rejeição, que no fundo não é rejeição nenhuma, era não disponibilidade para nós alterarmos um texto que apresentamos, sendo que, estamos perfeitamente disponíveis, já o disse ontem e volto a dizê-lo, se a CDU entender apresentar um texto de congratulação à Assembleia da República pela aprovação desta proposta, o Partido Socialista não vê razão nenhuma para que não a possa aprovar. Aquilo para a qual nós ontem não estávamos disponíveis, e que mais uma vez reforço, era para alterar a nossa proposta que tinha um objetivo, um propósito claro, de saudar este Executivo Municipal, pelo trabalho que fez, já depois da aprovação pela Assembleia da República, já depois do esforço que foi também feito pelo anterior Executivo, mas o que é facto, é que



este Executivo Municipal, em poucos meses, resolveu a questão, resolveu de forma célere e resolveu de forma eficaz, e era essa congratulação que nós queríamos que esta Assembleia fizesse. E tanto ela era justa, que acabou por ser aprovada na Sessão de ontem.

Portanto, mais uma vez, saudamos aquele que é o consenso que esta Assembleia Municipal consegue quando trabalhamos em conjunto, consegue atingir nestas áreas, e podemos de alguma forma também mudar a vida destas pessoas, e acrescentar direitos, e acrescentar dignidade nas suas relações laborais, o que me parece que é de todo justo”.

**6.2.2.4 - A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Queria só dar um esclarecimento, e não querendo estar aqui a entrar em polémicas, mas esclarecer o Senhor Deputado Municipal João Geraldês, que dos noventa e seis de que fala, quarenta e seis entraram por concurso em novembro de 2017. Esse concurso, aliás, penso que tem conhecimento porque já tinha sido lançado antes. Portanto, entraram. Um deles reformou-se, outra pessoa saiu, e houve inclusivamente pessoas que estavam na lista que foi enviada a DGAL que pura e simplesmente não aceitaram. Mas, vamos ver se a gente se entende. Também houve, de facto, um caso que nós consideramos, nós os serviços e o Executivo considerou que era o vínculo adequado. Portanto, dos cinquenta e um que restavam, houve um que consideramos que era o vínculo adequado. E, portanto, não querendo, de todo mesmo, estar aqui a entrar em polémica, mas o vínculo adequado não foi este Executivo que o encontrou, nem que o estabeleceu. Portanto, vamos ver se a gente se entende sobre isso. E em 2016, as afirmações eram que não havia um único vínculo inadequado e precário em Almada. Não havia. Havia apenas as questões das assistentes nas escolas. Portanto, não houve cinquenta excluídos, não houve cinquenta excluídos. É só por causa disso que queria deixar isso muito claro aqui na Assembleia. Houve o cuidado, justamente, de ter a consciência de que a maior parte daquelas pessoas, independentemente de qual tenha sido a decisão que as levou a estarem contratadas naqueles termos, mereciam, e deviam ser regularizadas e assim foram apresentadas”.

**6.2.2.5 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

A CDU não falou em cinquenta excluídos. A CDU pediu esclarecimentos relativamente ao diferencial que identificou. E, felizmente, e nós agradecemos, a Senhora Presidente aqui, finalmente, informou-nos relativamente a este diferencial. Nós andamos a fazer essa pergunta há muito tempo. Eu tenho aqui o documento que foi enviado à DGAL. E no documento que foi enviado à DGAL, estão cá noventa e seis necessidades, é só uma questão de fazer contas, somar os números que estão cá, são noventa e seis. A



proposta que aparece na reunião de Câmara, tem cinquenta. Foi pedido nessa reunião de Câmara, pelos Senhores Vereadores da CDU, foi pedido esclarecimento sobre essa matéria. Porque é que nós tínhamos um levantamento de noventa e seis, (foi requerido nessa reunião de Câmara, que fosse informado, que fosse fornecido aos Senhores Vereadores da CDU, que fossem fornecidos os elementos dos serviços relativamente a este levantamento). Nós ficamos satisfeitos com a informação que a Senhora Presidente de Câmara acabou de nos dar. Que se tivesse sido dada em tempo útil, não se justificava a nossa intervenção feita aqui, tínhamo-nos limitado a dizer que aprovamos esta proposta, e que com todo o gosto vamos votar a favor, exatamente pelas razões que na minha intervenção há pouco referi, que são as posições de sempre da CDU. Ainda bem que não há diferencial, ainda bem que nós percebemos finalmente, quais foram as razões que justificaram que tivesse havido um levantamento inicial de noventa e seis necessidades, e que passasse a ser cinquenta, ficamos a saber que houve gente que desistiu, ficamos a saber que houve gente que não integrava os critérios da Lei, ficamos a saber finalmente quais foram as razões para este diferencial. Ótimo, ficamos satisfeitos. Muito obrigado”.

**6.2.2.6 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira;**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Estou um bocadinho baralhada, e vou explicar porquê. Porque isto não cai aqui por acaso, não apareceu aqui esta proposta. Esta proposta foi a reunião de Câmara, e, em reunião de Câmara, o Senhor Vereador José Gonçalves questionou-me sobre qual tinha sido o diferencial entre a lista que tinha sido enviada em outubro, e a lista que agora era proposta. E eu até respondi: estou a responder de cabeça, mas penso que não me vou enganar, “há apenas uma diferença, relativamente aos trabalhadores da Câmara, de uma pessoa”. Porque é que eu respondi isto, e porque é que a leitura que fizemos na resposta que demos foi esta? Porque, o diferencial que aí há é de trabalhadores que estavam CTTR e passaram CTTI por processo concursal que foi aprovado em reunião de Câmara. Portanto, não me passou pela cabeça, peço muita desculpa, mas não me passou pela cabeça, que, ao olhar para a lista, não se tivesse percebido que quarente e sete trabalhadores, os que entraram por concurso, que foi a reunião de Câmara, não estariam seguramente numa lista de regularização de precários. Portanto, peço desculpa se, de facto, fui eu que fui curta de inteligência e não entendi. Peço muita desculpa, mas de facto, há uma lista, entretanto há um concurso pelo meio, as pessoas são recrutadas com contrato por tempo indeterminado, para mim ficou claro que essas nunca mais estariam em lista nenhuma de regularização de precários. E, portanto, era só fazer contas à proposta da Câmara, mas peço desculpa, eu podia ter dado essa informação, mas pareceu-me que era um bocadinho estar a chover no molhado. Agora, aquilo que acontece é, daqueles que não foram sujeitos a processo concursal, que foram identificados como vínculo desajustado face às funções que desempenhavam, e foi esta a discussão na Câmara, apenas havia um trabalhador, que não fez parte



dessa lista e não fazia desta. Eu agora estou a perceber qual é a vossa questão. De facto, não me passou nunca pela cabeça que um processo que tramitou em reunião de Câmara, que foi público, que eu tivesse de dizer: olha estes por acaso já cá não estão, porque estão com CTTI, feito por um concurso que a própria Câmara tramitou e aprovou. Não me pareceu, mas peço desculpa, agora está aqui a informação toda e clarinha. Está ou não?”.

**6.2.2.7 - O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Só para dizer à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira que as desculpas estão aceites, e os esclarecimentos também. Foi pena foi que a proposta que foi à reunião de Câmara também não fosse informada convenientemente como devia ter ido, não fosse informada exatamente com aquela informação que foi aqui dada hoje, essa é que é a questão central, porque o nosso objetivo, é integrar toda a gente e garantir que toda a gente que está em condições de ser integrada, seja integrada. Nós raciocinamos em função de dados concretos, nós tínhamos um levantamento de noventa e seis, e aparece uma proposta de cinquenta, é tão simples quanto isso. E, portanto, pedimos esclarecimentos. Felizmente, foram dados esses esclarecimentos aqui nesta Assembleia, se bem que, a informação que os serviços produziram, nós continuamos a desconhecer-la”.

**6.2.2.8 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores Deputados Municipais;

Eu não vou voltar ao assunto, porque acho que a Senhora Vereadora foi muito clara, o concurso foi votado em reunião de Câmara, portanto, era do conhecimento dos Senhores Vereadores.

Quero só esclarecer relativamente ao pedido que foi feito, em nome dos Senhores Vereadores, e digo e leio o que foi pedido, porque isso é que é importante. A disponibilização do conjunto de informação com origem nos serviços. Portanto, nós fazemos a leitura que é da totalidade. Ora, nós criamos uma ficha para a regularização, onde há uma série de dados pessoais. Pessoais como: números de contribuinte, moradas, telefone, etc. etc. E, portanto, nesse sentido, fizemos um pedido à CADA. Os serviços produziram em função de um formulário que foi criado, e onde tem dados pessoais. Nós sabemos que, ainda por cima, estamos à beira de ter um novo regime de proteção de dados, há obviamente uma série de dados e informações. Se os Senhores Deputados nos quiserem dizer, especificamente, o que querem, nós podemos talvez dar. Tudo o que seja a exclusividade da documentação, isso só com um parecer da CADA, para nos dizer exatamente se podemos ou não podemos enviar. E teremos todo o gosto em enviar”.

**6.2.3 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum passou-se à votação da proposta, que foi aprovada por unanimidade, através da seguinte deliberação:**



A Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, veio estabelecer os termos da regularização prevista no programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (PREVPAP) de pessoas que exerçam ou tenham exercido funções que correspondam a necessidades permanentes, nomeadamente das Autarquias Locais, (art.º 1).

Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 2.º e do n.º 1 do art.º 3º da Lei n.º 112/2017, o programa de regularização extraordinária dos vínculos precários abrange as pessoas que:

- Exerçam ou tenham exercido funções que correspondam ao conteúdo funcional de carreiras gerais ou especiais;
- Satisfaçam necessidades permanentes dos órgãos ou serviços, abrangidos pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
- Com sujeição ao poder hierárquico, à disciplina ou direção desses órgãos ou serviços;
- Sem vínculo jurídico adequado;
- Exerçam ou tenham exercido as funções, no período entre 1 de janeiro e 4 de maio de 2017, ou parte dele; e durante pelo menos um ano à data de início do procedimento concursal de regularização;

Neste contexto, considerando que:

- Consultados os serviços municipais, e realizado o levantamento de trabalhadores sem vínculo jurídico adequado, foram identificadas 50 situações a desempenharem funções em áreas de atividade para as quais não existem recursos internos com formação adequada para a sua prossecução, tendo as mesmas sido reconhecidas como correspondendo a necessidades permanentes por deliberação da Câmara Municipal de 21 de fevereiro de 2018, nomeadamente:

- Dez (10) Técnicos Superiores ao abrigo de contratos de prestação de serviços, na modalidade de Avença, a desenvolver atividade nas áreas de: Organização de eventos (1); Direito (1); Higiene e Segurança Alimentar (1); Engenharia (planos de segurança contra incêndios (1); Psicologia e Sociologia na área da intervenção comunitária (4); Arquitetura (1) no que se refere à fiscalização e requalificação/manutenção de mercados municipais; Comunicação Social - Gestão e Redação de conteúdos destinados às redes sociais e gestão do arquivo multimédia - da Câmara Municipal de Almada (1);
- Catorze (14) Assistentes Técnicos, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (CTTRI), a desenvolver atividades no âmbito da ação educativa, Gabinete de Ação Social Escolar, prestação de apoio geral aos alunos, docentes, encarregados de educação e à manutenção das



instalações e materiais em equipamentos municipais de ensino pré-escolar da Rede Pública, do concelho de Almada;

- **Vinte e seis (26) Assistentes Operacionais, dos quais três (3) ao abrigo de contrato de prestação de serviços, a desenvolverem atividades na área de acompanhamento/programação de espetáculos e eventos ao nível do som, luz e bilheteira; assim como dezoito (18) em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo (CTTRC) e cinco (5) em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (CTTRI), a desenvolverem atividades no âmbito da ação educativa, prestação de apoio geral aos alunos, docentes, encarregados de educação e à manutenção das instalações e materiais, em equipamentos municipais de ensino pré-escolar da Rede Pública do concelho de Almada;**
- **Nos termos das alíneas a) e b) do nº 1 do art.º 8º da lei nº 112/2017 de 29 de dezembro, a integração no mapa de pessoal dos trabalhadores, sem vínculo adequado é feita mediante a constituição de vínculos de emprego público por tempo indeterminado, devendo os respetivos procedimentos concursais serem abertos, após o reconhecimento pela Câmara Municipal e deliberação da Assembleia Municipal, das situações ao mesmo subsumíveis;**
- **O número de postos de trabalho a incluir nos procedimentos concursais de regularização corresponde ao n.º de pessoas abrangidas pelo mesmo, de acordo com o n.º 1 do art.º 4.º do diploma em causa e nos termos de n.º 2 do mesmo artigo;**
- **Do disposto no nº 3 do art.º 2º, conjugado com o nº 2 do art.º 3º da Lei nº 112/2017, de 29 de dezembro, resulta que, nos municípios, compete à Câmara Municipal reconhecer que as situações identificadas correspondem a necessidades permanentes e que o vínculo jurídico dos trabalhadores é inadequado;**
- **A Câmara Municipal vem propor à Assembleia Municipal alteração do Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2018, através da criação e aumento de postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (extinguindo aqueles que nele atualmente se encontrem previstos e que lhes correspondam, nas modalidades de contrato de trabalho a termo resolutivo certo e/ou incerto) relativos ao número de postos estritamente necessários para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pela Câmara Municipal, concretamente:**
  - a) **8 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior;**
  - b) **26 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional;**



A Assembleia Municipal delibera ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 6.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 25º, nº 1, alínea o), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a alteração do Mapa de Pessoal do Município de Almada para o ano de 2018, através da criação e aumento de postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado (extinguindo aqueles que nele atualmente se encontrem previstos e que lhes correspondam, nas modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo e/ou incerto) relativos ao número de postos estritamente necessários para corresponder às necessidades permanentes reconhecidas pela Câmara Municipal, concretamente:

- a) 8 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior;
- b) 26 postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional.

O Mapa de Pessoal passa a ter um total de 1955 postos de trabalho preenchidos e por preencher, nos precisos termos da deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2018.

6.3 – Usou ainda da palavra o Senhor presidente da Assembleia Municipal;

6.3.1 – O Senhor presidente da Assembleia Municipal;

“Senhores Deputados Municipais;

Duas notas apenas. Na reunião de ontem aprovamos a proposta relativa à constituição das Comissões Permanentes. Solicitava aos Grupos Municipais que me fizessem chegar as propostas dos elementos que vão integrar as várias Comissões, para podermos dar início ao respetivo trabalho.

Solicitava também aos Senhores Deputados Municipais, que considerassem aprovada a minuta da ata de hoje, e já agora, a de ontem, que eu me penitencio de não ter referido, para podermos dar sequência aquilo que é a nossa obrigação”.

7 – Foi concluída a Ordem de Trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião eram 11H15 do dia 28 de fevereiro de 2018.

8 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Senhora Inês Medeiros e dos Vereadores Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Nuno Matias, Miguel Salvado, Joaquim Judas, José Gonçalves, António Matos, Rui Jorge Martins e Luís Filipe Pereira.

9 - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas Senhor Miguel Ribeiro e Sandra Guerreiro do Boletim Municipal DIRP – CMA, dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 23 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.



**MUNICIPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_ *J. J. C.*

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ *Paulo Viegas*

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_ *Ana Paula Silva*